



RELATÓRIO ANUAL

2017

SICOOB COOPERAC

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região

Rua São Sebastião, 675, Ribeirão Preto SP, CEP: 14.015-040

CNPJ: 08.071.414/0001-13 Telefone: 16 3512-5100

www.cooperac.com.br

Conselho de Administração

Antonio Luiz de Oliveira - **Presidente**

Valério Veloni - **Vice-Presidente**

Paulo César Garcia Lopes - **Secretário**

César Augusto Campezo Neto - **Conselheiro**

Antônio Carlos Maçonetto - **Conselheiro**

Serafim Teixeira da Cunha Filho - **Conselheiro**

Jorge Francisco Rodrigues Rosa - **Conselheiro**

Diretoria Executiva

César Augusto Campezo Neto - **Diretor Presidente**

Amanda F. de Oliveira Carvalhaes - **Diretora Administrativa**

Maurício Donizeti Rodrigues - **Diretor Operacional**

Conselho Fiscal

Conselho Fiscal Efetivo

Fernando Antônio Ramalheiro

José Marcelo Corrêa

Denis Manoel dos Santos

Suplentes

Adair Francisco da Silva

Mario Luiz Muraca

Contador Responsável

Maicon Guilhermetti da Silva - **CRC - 1SP268122**

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	4
Perfil Institucional	6
Desempenho Financeiro	7
Demonstrações Contábeis	12
Notas Explicativas	17
Parecer dos Auditores Independentes	38
Parecer do Conselho Fiscal	43

MENSAGEM DOS PRESIDENTES

Caros cooperados,

é com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Gestão Sicoob Cooperac 2017, para celebrar com todos que cooperam na construção desta história. Como também, compartilhar as boas notícias com os que desejam fazer parte desta grande família.

Primeiramente, agradecemos a Deus, nossa proteção. Há quase 12 anos tem guardado nossas agências, nossas pessoas, bem mais precioso. Ele nos dá sabedoria e capacidade para enfrentar as situações, nos afasta do mal e nos fortalece para continuarmos com esse trabalho engrandecedor realizado através do cooperativismo.

Nossa gratidão aos 3.745 cooperados que tem acreditado no associativismo e valorizado nosso Sicoob Cooperac. São a razão de estarmos engajados no propósito de gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis. Agradecemos as muitas indicações de vocês, que tem resultado em aumento significativo de novos associados.

Nesta assembleia, dentre outros assuntos da pauta, estão as eleições do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois para o próximo mandato devem ser renovados 1/3, conforme rege o Estatuto Social. Registramos nosso reconhecimento pelas ricas contribuições dos membros do Conselho Fiscal: Fernando Antônio Ramalheiro, Denis Manoel dos Santos, José Marcelo Correa, Adair Francisco da Silva, e Mário Luiz Muraca. Como também, aos membros do Conselho de Administração: Valério Veloni, Paulo César Garcia Lopes, Antônio Carlos Maçonetto, Serafim Teixeira da Cunha Filho e Jorge Francisco Rodrigues Rosa. Gratos, aos sete anos de dedicação do José Carlos Carvalho, que esteve diretor presidente até abril de 2017.

A Diretoria Executiva, também merece aplausos; está bem alinhada e atuante, buscando administrar com excelência, atingindo plenamente os objetivos estratégicos da nossa organização.

A transformação digital chegou no Sicoob com tudo; pelo Mobile Banking os cooperados utilizam os serviços financeiros na palma da mão. Mas, toda essa tecnologia não substitui o atendimento humanizado da nossa equipe, que enfeitam as agências com cortesia, simpatia, generosidade e eficácia, que tratam as pessoas de forma igual, independente do capital que possuem. Obrigado a cada um e a todos, que independente do cargo, são igualmente importantes nos frutos gerados. Não somos perfeitos, mas buscamos a melhoria contínua na qualidade do atendimento, com investimentos na qualificação dos

colaboradores e planejamento na reestruturação das agências, para trazer mais facilidade e conforto.

A prova vem com a abertura de um novo ponto de atendimento em Ribeirão Preto, na Av. Nove de Julho, 791, prevista a inauguração para junho de 2018, um presente para nossa cidade. Podem contar também, com a agência centro, R: São Sebastião, 675; Ipiranga, Av. D. Pedro I, 642 e em Taquaritinga, R: Prudente de Moraes, 661. Na contramão dos bancos, devido ao aumento constante no número de cooperados, se faz necessário aumentar o número de agências, gerando empregos, com novas contratações para manter a qualidade dos serviços prestados.

Além desta expansão, é preciso comemorar o resultado financeiro do ano de 2017, que passou de R\$ 2 milhões, ou seja, 29,90% superior ao que fora orçado, com mais de R\$ 1 milhão de sobras que serão levadas para deliberação da assembleia.

Os desafios são muitos, a concorrência entre cooperativas locais é um deles, por isso, temos que buscar a melhoria contínua, fidelizar nossos cooperados e nos diferenciar no mercado.

Enfim, 2017 foi bom demais, e o ano de 2018 vem a todo vapor, e na busca de resultados ainda melhores que entrarão em nosso próximo relatório de gestão, continuamos a contar com o comprometimento e dedicação dos personagens principais: Deus, cooperados, colaboradores, Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Até mais!

Antonio Luiz de Oliveira
Presidente Conselho de Administração

César Augusto Campezo Neto
Presidente Diretoria Executiva

PERFIL INSTITUCIONAL

Visão

Ser referência nos negócios dos empresários como uma instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social.

Missão

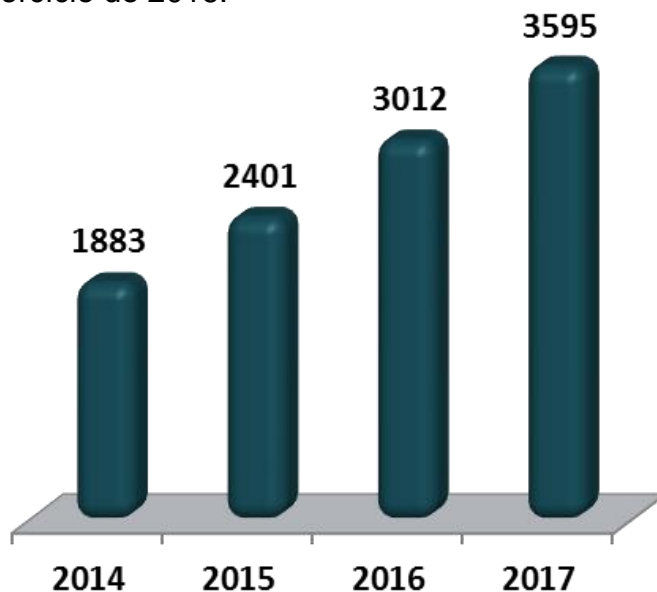
Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis aos empresários por meio do cooperativismo, contribuindo fortemente com o desenvolvimento regional.



DESEMPENHO FINANCEIRO

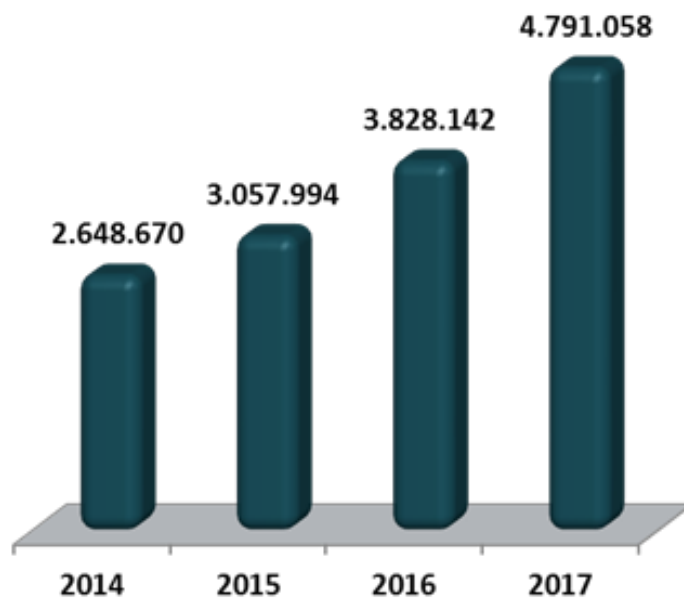
Quadro Social

Com 3595 cooperados cadastrados ao final de 2017, a Cooperativa apresentou um aumento de 583 novos cooperados ou 19,36% de aumento do quadro social, em relação ao exercício de 2016.



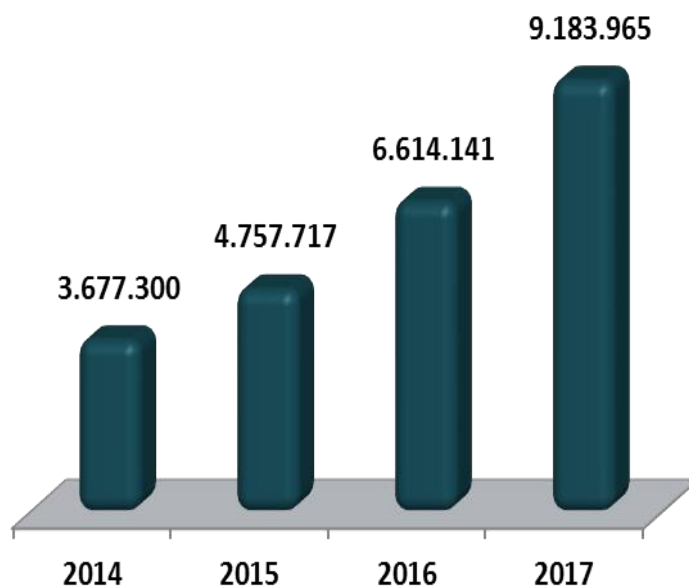
Capital Social

O capital social da Cooperativa apresentou um avanço de R\$ 962.916, evidenciando um crescimento de 25,15%, em relação ao exercício de 2016.



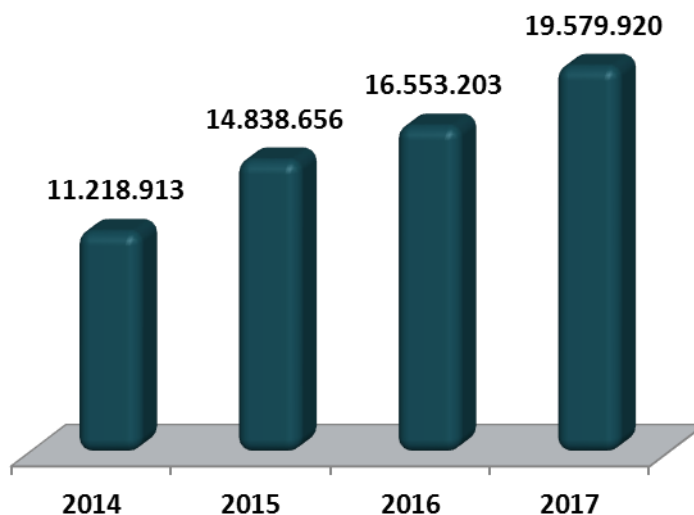
Patrimônio Líquido

O patrimônio Líquido apresentou uma expansão de R\$ 2.569.824 ou 38,85% durante o exercício 2017.



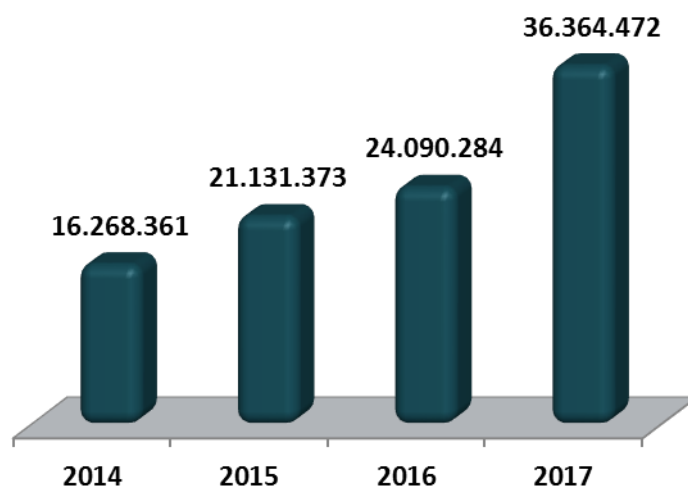
Operações de Crédito

A carteira de operações de Crédito apresentou um aumento significativo durante o ano de 2017, com um acréscimo de R\$ 3.026.717 ou 18,28% em relação ao exercício de 2016.



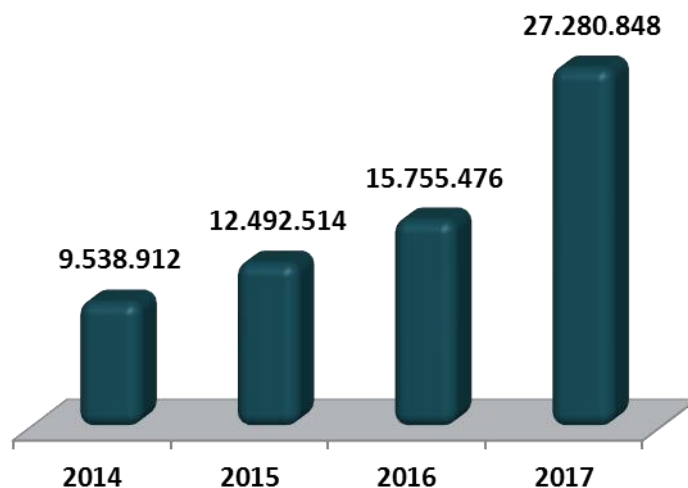
Depósitos Totais

Os depósitos totais apresentaram um expressivo aumento de R\$ 12.274.188, ou 50,95%, em relação ao exercício de 2016.



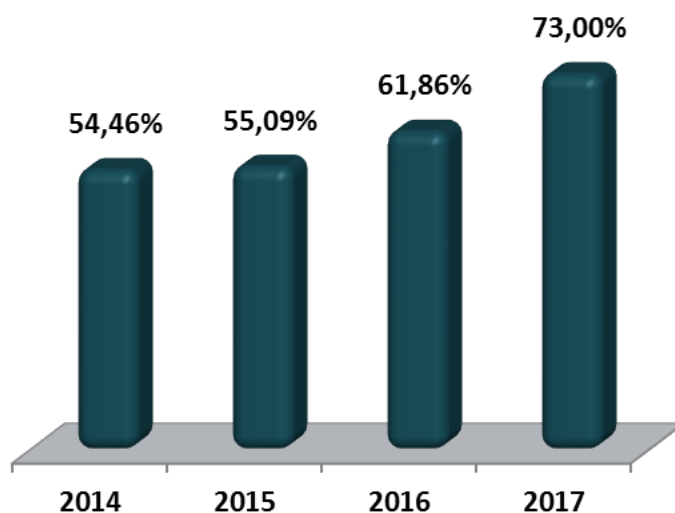
Disponibilidades

As disponibilidades de recursos da Cooperativa aumentaram em R\$ 11.525.372 ou 73,15%, a centralização financeira mínima exigida é de 30% dos depósitos totais ou R\$ 10.909.342, portanto R\$ 16.371,506 estão disponíveis para novas operações.



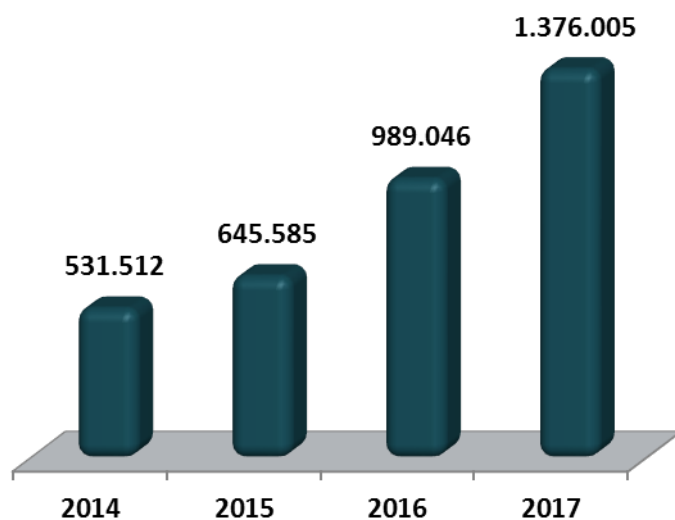
Centralização Financeira

Conforme Política de Risco de Mercado e Liquidez do Sicoob, as filiadas com convênio compe deverão manter 30% na centralização financeira média.



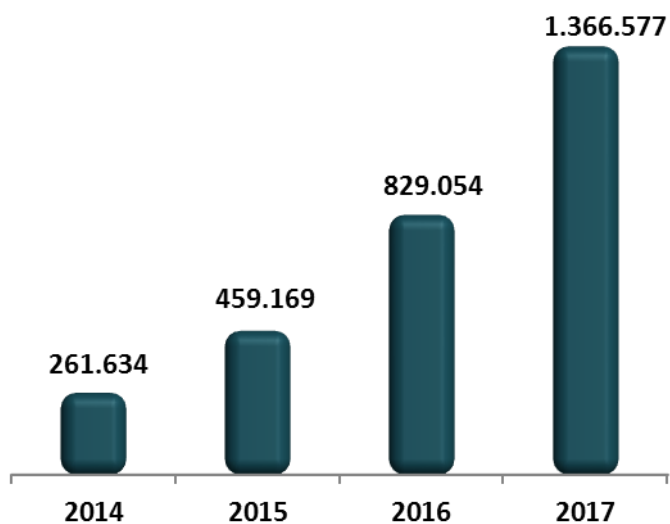
Limites

De acordo com o artigo 36, inciso II a, do Regulamento anexo à Resolução nº 3.859/2010 do BACEN, o limite de exposição por cooperado ou grupo de pessoas agindo isoladamente ou em conjunto, representando interesse econômico comum, excetuado o vínculo decorrente exclusivamente da associação a uma mesma cooperativa, não deve ser superior a 15% do patrimônio de referência, no caso das cooperativas de crédito singulares filiadas à Central.



Sobras Líquidas

As Sobras Líquidas da Cooperativa apresentaram um avanço de R\$ 537.523 evidenciando um crescimento de 64,84%, em relação ao exercício de 2016.



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – SICOOB COOPERAC

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Circulante		42.435.675	25.265.754
Disponibilidades	3	287.702	439.866
Títulos e valores mobiliários	4	24.173.915	13.569.170
Relações interfinanceiras	5	2.354.232	1.332.440
Relações interdependências		465.000	414.000
Operações de crédito	6	14.881.478	9.250.345
Outros créditos		89.197	72.492
Outros valores e bens		184.151	187.441
Não circulante		4.641.960	6.920.916
Realizável a longo prazo			
Operações de crédito	6	4.058.722	6.481.945
Investimentos	7	364.227	263.769
Imobilizado de uso	8	203.630	153.423
Intangível		15.381	21.779
Total do ativo		47.077.635	32.186.670

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – SICOOB COOPERAC

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo			
Circulante		37.893.671	25.572.530
Depósitos	9	36.364.472	24.090.284
Relações interdependências		115.000	491.501
Patrimônio líquido	12	9.183.964	6.614.140
Capital social		4.791.058	3.828.142
Reserva legal		2.959.526	1.859.089
Reserva para expansão		66.803	97.855
Sobras acumuladas		<u>1.366.577</u>	<u>829.054</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>47.077.635</u>	<u>32.186.670</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – SICOOB COOPERAC

Demonstrações do resultado (sobras ou perdas)

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	Nota	2017	2016
Ingressos da intermediação financeira		8.095.482	7.299.723
Operações de crédito		6.101.371	5.636.284
Títulos e valores mobiliários	4	1.828.731	1.536.789
Ingressos de depósitos intercooperativos	5	165.380	126.650
Dispêndios da intermediação financeira		(2.254.976)	(2.737.883)
Operações de captação no mercado	9	(1.565.078)	(1.691.911)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(644.660)	(1.006.811)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(45.238)	(39.161)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.840.506	4.561.840
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(3.808.674)	(3.339.719)
Ingressos de prestação de serviços		2.879.579	2.112.411
Dispêndios de pessoal e honorários		(3.034.865)	(2.331.664)
Outros dispêndios administrativos	12	(3.570.285)	(2.927.856)
Outros dispêndios operacionais	13	(560.056)	(603.172)
Outros ingressos operacionais	14	476.953	410.562
Resultado operacional		2.031.832	1.222.121
Resultado não operacional		20.130	28.437
Resultado antes da tributação		2.051.962	1.250.558
Imposto de renda e contribuição social		(40.812)	(34.275)
Sobras líquidas do exercício antes da reversão dos juros sobre o capital		2.011.150	1.216.283
Juros sobre o capital		304.143	314.485
Sobra líquida do exercício		2.315.293	1.530.768

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – SICOOB COOPERAC

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva para expansão	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	3.057.994	1.240.554	-	459.169	4.757.717
Aumento de reserva legal com sobra	-	275.501	-	(275.501)	-
Aumento de reserva para expansão com sobra	-	-	183.668	(183.668)	-
Integralizações de capital	548.143	-	-	-	548.143
Baixas de capital	(86.640)	-	-	-	(86.640)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	1.530.768	1.530.768
Utilização da reserva para expansão	-	-	(85.813)	85.813	-
Juros sobre capital	314.485	-	-	(314.485)	-
IRRF juros sobre o capital	(5.840)	-	-	-	(5.840)
Reserva legal	-	343.034	-	(343.034)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social - associados	-	-	-	(57.173)	(57.173)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - não associados	-	-	-	(72.835)	(72.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.828.142	1.859.089	97.855	829.054	6.614.140
Aumento de reserva legal com sobra	-	522.304	-	(522.304)	-
Aumento de reserva para expansão com sobra	-	-	82.905	(82.905)	-
Aumento de capital com sobra	223.845	-	-	(223.845)	-
Integralizações de capital	714.095	-	-	-	714.095
Baixas de capital	(274.632)	-	-	-	(274.632)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	2.315.293	2.315.293
Utilização da reserva para expansão	-	-	(113.957)	113.957	-
Juros sobre capital	304.143	-	-	(304.143)	-
IRRF juros sobre o capital	(4.535)	-	-	-	(4.535)
Reserva legal	-	578.133	-	(578.133)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social - associados	-	-	-	(96.355)	(96.355)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - não associados	-	-	-	(84.042)	(84.042)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.791.058	2.959.526	66.803	1.366.577	9.183.964

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – SICOOB COOPERAC

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	645.134	(703.828)
Sobra ajustada do exercício	3.071.358	2.629.270
Sobra líquida do exercício	2.315.293	1.530.768
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	644.660	1.006.811
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	45.238	39.161
Depreciações e amortizações	66.167	52.530
Redução (aumento) nos ativos	(14.566.968)	(6.692.374)
Títulos e valores mobiliários	(10.604.745)	(3.423.855)
Relações interdependências	(51.000)	(214.000)
Operações de crédito	(3.852.570)	(2.975.056)
Outros créditos e outros valores e bens	(58.653)	(79.463)
Aumento nos passivos	12.140.744	3.359.276
Depósitos	12.274.188	2.958.911
Relações interdependências	(376.501)	491.501
Outras obrigações	243.057	(91.136)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(210.434)	(126.728)
Aumento de investimentos	(100.458)	(59.356)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(109.976)	(67.372)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	434.928	455.663
Integralizações de capital	714.095	548.143
Baixas de capital	(274.632)	(86.640)
IRRF juros sobre o capital	(4.535)	(5.840)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	869.628	(374.893)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.772.306	2.147.199
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>2.641.934</u>	<u>1.772.306</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	869.628	(374.893)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – SICOOB COOPERAC

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – Sicoob Cooperac (“Cooperativa”) é uma Cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Fundada em 2006, possui três Postos de Atendimento ao Cliente (Pac’s), sendo dois na cidade Ribeirão Preto e um em Taquaritinga, Estado de São Paulo e tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução nº 3.859/2010 e 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional (CMN), é filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo (Sicoob Central Cecresp) e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob)

A Cooperativa tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de Cooperativas de crédito; proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das

Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas pela administração em 26 de janeiro de 2018.

b Representação de informações

Algumas informações das demonstrações financeiras da Cooperativa, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2016, bem como as correspondentes notas explicativas, estão sendo rerepresentadas apenas para fins de comparabilidade com o exercício atual e atendimento a requisitos previstos nas normas do BACEN.

c Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração das sobras

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento, e com risco insignificante de valor.

b.4 Títulos e valores mobiliários e Relações interfinanceiras – ativo

Classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Parte desses títulos garantem operações de repasses de recursos de crédito rural.

A Circular BACEN nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações

vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução nº 2.682/1999 do BACEN, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.6 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.7 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.8 Intangível

Demonstrado pelo valor dos gastos em softwares, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.

b.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou

alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.10 Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos sob aviso e a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.11 Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados proporcionalmente até a data do balanço.

b.12 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.13 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial

ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.15 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

b.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social. A sobra apurada em operações realizadas com associados é isento de tributação.

b.17 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras (nota 5) são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução nº 3.604/2008 do BACEN.

Descrição	2017	2016
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	287.702	439.866
Relações interfinanceiras	<u>2.354.232</u>	<u>1.332.440</u>
	<u>2.641.934</u>	<u>1.772.306</u>

4 Títulos e valores mobiliários

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2017	2016
Cecresp	RCD - Pós-fixado	<u>24.173.915</u>	<u>13.569.170</u>

Essas aplicações são remuneradas às taxas de 100% do CDI (CETIP). As operações estão custodiadas em bancos ligados ao Sistema Sicoob.

No exercício de 2017, foram registrados no resultado em ingressos de intermediação financeira -títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 1.828.731 (R\$ 1.536.789 em 2016).

5 Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 2.354.232 (R\$ 1.332.440 em 2016).

São depósitos efetuados na centralização financeira do Sicoob Cecresp, determinado no artigo 24 da Resolução nº 4.434/2015 do BACEN, remunerado em aproximadamente 95% do Certificado de Depósito Bancário (CDI). No exercício de 2017 foram registrados no resultado rendimentos em ingresso de depósitos intercooperativos, no montante de R\$ 165.380 (R\$ 126.650 em 2016).

6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2017		
	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a depositantes	96.419	-	96.419
Cheque especial e conta garantida	1.426.753	-	1.426.753
Empréstimos e títulos descontados	13.772.227	4.231.072	18.003.299
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(413.921)	(172.350)	(586.271)
	14.881.478	4.058.722	18.940.200

Descrição	2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a depositantes	80.741	-	80.741
Cheque especial e conta garantida	1.322.947	-	1.322.947
Empréstimos e títulos descontados	8.281.226	6.868.288	15.149.514
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(434.569)	(386.343)	(820.912)
	9.250.345	6.481.945	15.732.290

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2017			2016		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	49.702	1.507.518	1.557.220	36.151	948.535	984.686
A	0,5	199.416	7.757.516	7.956.932	207.019	8.509.230	8.716.249
B	1	99.997	7.049.469	7.149.466	45.414	4.964.059	5.009.473
C	3	87.320	1.995.024	2.082.344	28.805	764.467	793.272
D	10	12.593	209.122	221.715	20.311	178.587	198.898
E	30	4.390	44.333	48.723	43.559	68.031	111.590
F	50	8.352	236.755	245.107	5.335	111.795	117.130
G	70	862	38.421	39.283	9.068	92.257	101.325
H	100	45.886	179.795	225.681	103.625	416.954	520.579
		508.518	19.017.953	19.526.471	499.287	16.053.915	16.553.202

c Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldos iniciais	(820.912)	(1.074.610)
Créditos baixados	767.950	1.014.044
Constituição da provisão	(644.660)	(1.006.811)
Reversão da provisão (nota 15)	111.351	246.465
Saldos finais	(586.271)	(820.912)

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2017, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 4.331.182 (R\$ 3.718.450 em 2016), e em sua maioria encontra-se em processo de cobrança judicial. Em 2017, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 185.915 (R\$ 17.436 em 2016), registrados em outros ingressos operacionais (nota 15).

7 Investimentos

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CECRESP(nota 20b)	364.227	263.769

No exercício de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social na Sicoob Cecresp em R\$ 100.458 (R\$ 59.356 em 2016).

8 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	2017				2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Instalações	10%	78.431	(75.911)	2.520	10.363	
Móveis e equipamentos de uso	10%	153.302	(89.478)	63.824	49.737	
Sistema de processamento de dados	20%	293.027	(181.091)	111.936	67.340	
Sistema de segurança	10%	34.576	(15.557)	19.019	11.971	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% e 20%	76.809	(70.478)	6.331	14.012	
		636.145	(432.515)	203.630	153.423	

b Movimentação do imobilizado

	Depreciação		
	Custo	acumulada	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	470.750	(337.589)	133.161
Aquisições	61.720	(41.458)	20.262
Saldos em 31 de dezembro de 2016	532.470	(379.047)	153.423
Aquisições	103.675	(53.468)	50.207
Saldos em 31 de dezembro de 2017	636.145	(432.515)	203.630

9 Depósitos

Descrição	2017	2016
Depósitos à vista	15.291.641	10.011.509
Depósitos sob aviso (i)	161.967	181.289
Depósitos a prazo (ii)	20.910.864	13.897.486
	36.364.472	24.090.284

(i) Os depósitos sob aviso são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e têm exigibilidade imediata. Conforme Resolução nº 3.454/2007 do BACEN, essa modalidade pode ser mantida até o seu resgate total, sendo vedada nova contratação após 31 de dezembro de 2007.

(ii) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

Nos exercícios de 2017 e de 2016, os rendimentos dos depósitos sob aviso e a prazo foram registrados no resultado em operações de captação no mercado.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução nº 4.284/2013 do BACEN.

10 Outras obrigações

Descrição	2017	2016
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados		
IOF	13.676	4.203
Sociais e estatutárias		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	455.211	376.958
Cotas de capital a pagar	170.044	96.822
Provisão para participação nos lucros	122.236	67.932
	<u>747.491</u>	<u>541.712</u>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	87.152	85.649
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	484.608	321.688
Credores diversos no País	50.777	37.493
Outras provisões	30.495	-
	<u>565.880</u>	<u>359.181</u>
	<u>1.414.199</u>	<u>990.745</u>

(i) FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 12 b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância.

11 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações, a Cooperativa está sujeita a certos riscos representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidos nas esferas administrativa e judicial. Conforme seus assessores jurídicos, a Cooperativa não possui processos que indicam perda provável e possível em 31 de dezembro de 2017.

12 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 3.595 e 3.012 cooperados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas partes.

A Cooperativa, conforme Capítulo III, artigo 22 do seu Estatuto Social, poderá pagar aos cooperados juros sobre o capital social, limitado a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais. No exercício de 2017, a Cooperativa remunerou seus cooperados em R\$ 304.143 (R\$ 314.485 e em 2016).

No exercício de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 714.095 (R\$ 548.143 em 2016), e também ocorreram baixas em 2017, no montante de R\$ 274.632 (R\$ 86.640 em 2016).

O capital social é de R\$ 4.791.058 e de R\$ 3.828.142 em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2017 e de 2016, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	2.315.293	1.530.768
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital (i)	(304.143)	(314.485)
Reserva legal (ii)	(578.133)	(343.034)
FATES (iii)	(96.355)	(57.173)
Transferido para FATES	(84.042)	(72.835)
Reserva para expansão	113.957	85.813
Sobras à disposição da Assembleia Geral	<u>1.366.577</u>	<u>829.054</u>

(i) Juros sobre o capital integralizado, limitado á taxa referencial da SELIC, a serem propostos pelo Conselho da Administração da Cooperativa. Em reunião extraordinária do Conselho da Administração realizada em 31 de outubro de 2017, foi aprovado a remuneração das cotas capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R\$ 299.608, líquido do IRRF, foi contabilizado como capital social, conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular nº 2.739 do BACEN, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício, como Outros dispêndios operacionais, e ajustados ao final da demonstração de sobras para ser reapresentado como destinação das sobras do exercício, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. No exercício de 2016, o montante a ser capitalizado foi de R\$ 308.645, líquido de IRRF.

(ii) 30% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;

(iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio

com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 10 (i)).

c Reserva para expansão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2016, foi criado o Fundo de expansão com o objetivo de expandir geograficamente e tecnologicamente os serviços da SICOOB COOPERAC, à razão de 40% no aporte inicial e 10% das sobras líquidas dos exercícios de 2016, 2017 e 2018 de acordo com as propostas e aprovações do Conselho de Administração nas respectivas assembleias gerais.

d Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de março de 2017, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2016, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

13 Outros dispêndios administrativos

Descrição	2017	2016
Água, energia e gás	(36.086)	(26.548)
Aluguéis	(172.516)	(96.522)
Comunicações	(210.693)	(217.212)
Manutenção e conservação de bens	(7.442)	(14.914)
Material	(24.255)	(22.012)
Processamento de dados	(406.439)	(43.507)
Propaganda, publicidade e relações públicas	(17.532)	(5.033)
Publicações	(6.435)	(5.183)
Seguros	(32.870)	(35.142)
Serviços do sistema financeiro	(1.205.999)	(1.312.392)
Serviços de terceiros	(251.527)	(236.992)
Serviços de vigilância e segurança	(213.897)	(217.741)
Serviços técnicos especializados	(91.257)	(85.375)
Transporte	(328.489)	(243.846)
Tributárias	(5.887)	(3.292)
Viagem no país	(13.258)	(18.931)
Depreciações e amortizações	(66.167)	(52.530)
Outras despesas administrativas	(479.536)	(290.684)
	<u>(3.570.285)</u>	<u>(2.927.856)</u>

14 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2017	2016
Dispêndios de impostos e contribuições	(30.360)	(17.295)
Juros sobre o capital	(304.143)	(314.485)
Outros dispêndios operacionais	(225.553)	(271.392)
	<u>(560.056)</u>	<u>(603.172)</u>

15 Outros ingressos operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 6d)	185.915	17.436
Recuperação de encargos e dispêndios	1.899	-
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (nota 6c)	111.351	246.465
Diversas (i)	<u>177.788</u>	<u>146.661</u>
	<u>476.953</u>	<u>410.562</u>

16 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações que montam de R\$ 1.750.062 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.141.373 em 2016), registradas em contas de compensação.

17 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos à vista, sob aviso e a prazo e relações interfinanceiras.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

18 Seguros contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

19 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive diretores e executivos e membros da família. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Natureza da operação	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Operações de crédito	52.012	0,3	64.933	0,4
Depósitos	437.383	1	836.367	3
Honorário, cédulas de presença, salários e premiações	874.080	29	529.225	23

20 Central das Cooperativas de Crédito dos Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp

O Sicoob Central Cecresp representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

O Sicoob Central Cecresp tem por objetivo efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, econômica, tecnológica, contábil, marketing e comunicação, organização e métodos, capacitação profissional e jurídica das cooperativas que o integram. Cabe ainda ao Sicoob Central Cecresp, o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar risco para a solidez de suas associadas ou do sistema.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp nos exercícios

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	24.173.915	13.569.170
Relações interfinanceiras (nota 5)	2.354.232	1.332.440
Ativo não circulante		
Investimentos (nota 7)	364.227	263.769

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

21 Descrição da estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob

a Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

b Riscos de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do

Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

c Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

d Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – Sicoob Cooperac
Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – Sicoob Cooperac (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – Sicoob Cooperac em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas

MOORE STEPHENS

pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas

normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 17 de fevereiro de 2017, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

MOORE STEPHENS

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

MOORE STEPHENS

devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 26 de janeiro de 2018.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empresários de Ribeirão Preto e Região – Sicoob Cooperac, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Sobras e Perdas, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, constata estarem os mesmos em perfeita ordem e é de Parecer que estes devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Ribeirão Preto, 31 de janeiro de 2018.



José Marcelo Corrêa
Conselheiro Fiscal



Denis Manoel dos Santos
Conselheiro Fiscal



Fernando Antonio Ramalheiro
Conselheiro Fiscal

